

AMÉRICA LATINA

territórios, fronteiras e
identidades

Júlio César Suzuki
Gilvan C. C. de Araújo
[organizadores]



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROLAM
Programa de Pós-Graduação em
Linguagens da Arte e da Cultura **USP**



ISBN 978-85-7506-416-0

DOI 10.11606/9788575064160

América Latina

territórios, fronteiras e identidades

Júlio César Suzuki
Gilvan C. C. de Araújo
(Organizadores)



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2022

**PROLAM
USP**

Programa de Pós-graduação em
Integração da América Latina



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

A512 América Latina [recurso eletrônico] : territórios, fronteiras e identidades /
Organizadores: Júlio César Suzuki, Gilvan C. C. de Araújo. -- São
Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022. 4.780 Kb ; PDF.

Vários autores.

ISBN 978-85-7506-416-0
DOI 10.11606/9788575064160

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Território. 3. Fronteiras. 4.
Identidade cultural. 5. Diversidade cultural. I. Suzuki, Júlio César. II. Araújo,
Gilvan C. C. de.

CDD 980

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria,
proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos
autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Capa: Trabalho gráfico e técnico de Valterlei Borges de Araújo.



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde
que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.

SUMÁRIO

AMÉRICA LATINA E SUA UNI-DIVERSIDADE 1

Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉXICO E OS EJIDOS: ENTRE A COLONIALIDADE E A IDENTIDADE REVOLUCIONÁRIA 5

Leonardo Agapito; Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

LA FRONTERA AGRÍCOLA UNA FORMACIÓN TERRITORIAL QUE SE DINAMIZA CON CAPITALES EXTRANJEROS. CASOS DE COLOMBIA Y MÉXICO 25

Carlos Enrique Castro Méndez; Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

PACÍFICO COLOMBIANO: FORMAÇÃO TERRITORIAL 55

Dorival Bonfá Neto; Júlio César Suzuki; Luis Carlos Jiménez Reyes

AS ORIGENS DE DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA LATINA: UM CASO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO NORTE DO BRASIL 84

Graziela Tavares de Souza Reis; Vivian Grace Fernandez-Dávila Urquidi

SABERES E FAZERES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA 114

Adalgisa Dorotéa Sales; Julio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NO BRASIL E A LUTA POR IGUALDADE 129

Jamila Prata Aguiar; Júlio César Suzuki

TERRITORIALIDADES AFRO-COLOMBIANAS: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE BOGOTÁ A PARTIR DAS REMOÇÕES NA REGIÃO DO PACÍFICO 151

Mayã Martins Correia; Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

DA CIDADE MODERNA À EPÍTOME DE SEGREGAÇÃO: ANÁLISE DA
FORMAÇÃO TERRITORIAL DE BUENOS AIRES..... 175

Helena Sabino Rodrigues Cunha; Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

INFLUÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL MIGRANTE NA CONFIGURAÇÃO DE UMA
NOVA “LIMA” NOS INÍCIOS DO SÉCULO XXI..... 189

Carlos Ernesto Ortiz Rosas Rosas

A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ANÁLISE: ESTUDO DE CASO
SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO EXTREMO OESTE BAIANO..... 205

Nathan Belcavello de Oliveira

CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOTERRITORIAIS QUE IMPACTAM O ÍNDICE DE
PREÇOS AO CONSUMIDOR: INFLUÊNCIAS URBANAS E RURAIS PARA BRASIL
E COLÔMBIA..... 220

Andressa da Rocha Jacobs; Amaury Patrick Gremaud

CONCEPÇÕES CLÁSSICAS, NEOCLÁSSICAS E HISTÓRICO-ESTRUTURAIS NAS
PESQUISAS SOBRE MIGRAÇÕES..... 246

Alessandra Garcia Soares; Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

SOBRE OS AUTORES..... 264

SOBRE OS ORGANIZADORES 271

A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ANÁLISE: ESTUDO DE CASO SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO EXTREMO OESTE BAIANO

Nathan Belcavello de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Falar em cidade é falar em muitos conceitos, inclusive sendo utilizado como sinônimo de espaço urbano. Contudo, como nos alerta Santos (2008c, p. 66), “na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano”. Esta perspectiva concilia os conceitos de cidade e espaço urbano a território e espaço, respectivamente. Contudo, “embora se possa analiticamente dizer que cidade e campo são frações do território usado por serem expressões da materialidade representada em uma configuração territorial, e que urbano e rural são frações do espaço por serem expressões abstratas, ambas estão unidas” (STEINBERGER, 2006, p. 75).

Mas dizer que, sinteticamente, cidade é o concreto e espaço urbano é o abstrato, não basta para análise do tema sobre a criação de Municípios. Em Lefebvre (1999), transparece o caráter articulador do espaço urbano (entendido na perspectiva do espaço-tempo) e da cidade (enquanto fração do território usado) como concentração desse espaço urbano. Esse, por sua vez, é visto como articulador e concentrador das demais frações do espaço e isto se dá por meio do poder que o permeia e está na cidade enquanto fração do território usado (STEINBERGER e AMADO, 2006).

Dentro da perspectiva teórica sinteticamente apresentada, este trabalho visa analisar a constituição do espaço urbano, realizando um estudo de caso no Extremo Oeste Baiano. Considerando a ocupação deste território sob a ótica da formação espacial brasileira, analisar-se-á sua dinâmica de vinculação com os distintos espaços urbanos que a conformaram, principalmente antes de sua integração à Bahia em 1827.

¹ Analista de Infraestrutura, especialista em Desenvolvimento Urbano, no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Professor de Educação Básica do Magistério Público do Distrito Federal, atuando no Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS). Vice-Presidente do Centro de Estudios Alexander von Humboldt (CeHu), em Buenos Aires - Argentina, e Secretário de Redação da Meridiano: Revista de Geografia (<https://www.revistameridiano.org/>). Diretor do Portal Geoblog e da Geodiálogos: Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia (<https://www.geografia.blog.br/>). Correio eletrônico: contato@geografia.blog.br.

Este trabalho se encontra em desenvolvimento e auxiliará no debate da criação de Municípios no Brasil, buscando colaborações. Motivo pelo qual se credita suma importância à participação em eventos que promovam o debate científico.

DO ESPAÇO GEOGRÁFICO AO ESPAÇO URBANO, DO TERRITÓRIO À CIDADE E O EXERCÍCIO DO PODER: ENTRE ELEMENTOS, DIMENSÕES E FRAÇÕES

Objeto de escrutínio da geografia enquanto disciplina científica, o espaço passou (e passa) por (re)interpretações diversas desde a fundação desse campo do conhecimento formal².

Diferentes correntes do pensamento geográfico trataram do *espaço*, quase sempre qualificado como *geográfico*, ao longo dos anos, assim como outras áreas do conhecimento e também o senso comum³, concedendo-nos uma série de concepções que se relacionam com um arcabouço teórico que coleciona, entre outros, conceitos como território, espaço urbano, cidade e poder (foco da presente consideração). Essa diversidade conceitual, conciliada a um exercício contemporâneo da ciência (por que não denominá-lo de “pós-moderno”?), despreocupado, inicialmente, com um compromisso epistemológico com as distintas linhas de pensamento, pode derivar em tentativas desastrosas de interpretação da realidade⁴. Entretanto, neste mesmo caminho primavera a possibilidade de ascensão de novos conceitos que deem conta da realidade.

² Como nos diz Moraes (2011, p. 11-12), “o positivismo, dominante por décadas nessa disciplina, tentou identificá-lo com um ente empírico [...]. Com o processo de renovação do campo disciplinar, no último quartel do século passado, em muitas formulações tal objeto se desmaterializa, tornando-se um ser heurístico, um recorte construído com o concurso da abstração [...]”. Há ainda as propostas que ficam a meio caminho entre os dois extremos apontados pelo autor.

³ Nesse sentido, Corrêa (2000, p. 15) aponta que a palavra espaço ganha sentido difuso, “[...] estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior”.

⁴ “Vem se consolidando no universo das ciências humanas, nas últimas décadas, uma postura fortemente individualista em termos metodológicos, a qual entende que a adoção de preceitos de método resulta em arranjos singulares afeitos a cada pesquisador, possuindo uma indelével marca pessoal. [...] A aceitação de certa dose de 'individualismo metodológico' não significa, todavia, que o controle epistemológico dos procedimentos analíticos de uma dada pesquisa em ciências humanas não necessitem de explicitação. [...] Na verdade, a adesão a tese da individualidade metodológica deveria reforçar a necessidade de bem identificar as teorias e os posicionamentos filosóficos assumidos na montagem do discurso, pois a coerência de qualquer postura metodológica praticada repousa em muito na possibilidade de compatibilização lógica e epistemológica de seus componentes” (MORAES, 2011, p. 1).

Por esse motivo, encontra-se aqui a necessidade de um exercício de “depuração” epistemológica, mesmo que sintético. Buscamos esclarecer a que *espaço geográfico* remetemos, assim como os conceitos e relações propostos com território, espaço urbano, cidade e poder. Iniciado em Oliveira e Araújo Sobrinho (2012, p. 5), essa atividade nos levou a conceber⁵ o espaço geográfico

[...] como a conjunção indissolúvel e dialética de três elementos básicos: a materialidade (o físico, o concreto, a natureza, a superfície terrestre, os objetos, as formas ou, como aqui queremos salientar, o *território*), os tempos (geológico, cronológico, sincrônico, diacrônico, entre outros) e a sociedade (nas suas instâncias econômica, social, política, cultural e espacial)⁶.

As práticas espaciais⁷ e as sociais⁸, os fenômenos da “natureza”⁹ e a própria materialidade intermeiam e vivificam esta união.

Conceito que incorpora dimensões que vão além das concepções geométricas, onde a extensão se faz primaz, conforme nos diz Silveira (2006)¹⁰, sem que a tridimensionalidade, própria da materialidade, deixe de ser considerada. Estão presentes também as dimensões existencial, reclamada por Silveira (op. cit.)¹¹; relativa e relacional,

⁵ Essa interpretação se fundamenta na obra de Santos (1977, 2002a, 2002b, 2005b, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2009), alinhando-se à proposta da denominada geografia crítica, “fundada no materialismo histórico e na dialética” (CORRÊA, 2000, p. 23).

⁶ “Desta maneira, não podemos sopesar o espaço somente como sendo o território, uma vez que os tempos e a sociedade também o constituem, dando a este território uma configuração territorial, com dinâmica, vida, intencionalidade, função, conteúdo, e por ele sendo constituídos, dialeticamente produzindo a totalidade” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012).

⁷ Salientando que consideramos, inclusive, a subjetividade com relação à materialidade como uma prática espacial.

⁸ Entendida “como as relações sociais: a moral, a ética, os sentimentos, entre outras. Inseridas no escopo conceitual do espaço, não seria exagero dizer que práticas sociais são, também, práticas espaciais” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 4).

⁹ Coadunando às observações de Silva (1994, p. 42), que relativiza o emprego deste termo para se referir à materialidade não-artificial, uma vez que “o natural não é uma dado real. É um ponto de vista derivado da observação. Por isso, a natureza só se apresenta ao indivíduo e ao grupo por meio de um treinamento”.

¹⁰ “[...] ontem e hoje muitas geografias permanecem atreladas a uma visão do espaço como continente, uma concepção geométrica, feita de velhos e novos conceitos que privilegiam a distância. O centro da reflexão epistemológica parece ser a extensão, um conceito-chave ou, mesmo, uma categoria, que leva a uma resignificação (sic) do vocabulário tradicional. A preocupação epistemológica é a extensão e a forma de sua operacionalização, a distância, autorizando a falar de distância-tempo e de distância-custo na geografia, amparados também nas reflexões das ciências econômicas” (SILVEIRA, 2006, p. 82).

¹¹ “Estar no mundo não é apenas um problema de distância, de limites, de razão ou de resultados. A pergunta pela existência que parece bastante teórica ou abstrata não o é, porque diz respeito ao que há de mais básico na vida de cada um de nós e na vida de uma sociedade. E isso nos conduz, de forma mais concreta, ao espaço. Talvez a extensão e a distância sejam um esforço de abstração maior” (Ibid., p. 87).

postas por Harvey (1977)¹²; da intencionalidade, introduzida por Santos (2002b)¹³; bem como temporal e social (acrescendo os demais “elementos básicos” supracitados e considerados por todos os autores já mencionados)¹⁴.

Espaço geográfico enquanto *totalidade*¹⁵ e, desse modo, como um *abstrato-concreto*, pois “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2002b, p. 117).

O *território* representa, enquanto elemento constitutivo do espaço geográfico, inicialmente, a materialidade (tanto aquilo oriundo da ação humana, pelo emprego de suas técnicas, quanto o que dela prescinde, ou seja, a dita “natureza”), a qual a sociedade dará forma¹⁶ (pela transformação da materialidade e, mesmo, sua conservação), por meio de suas práticas espaciais, à configuração territorial¹⁷. Ganha contornos dinâmicos ao ser analisado em conjunto com os outros elementos constituintes espaciais, tornando-se *território usado* (SANTOS, 2000, p. 104), “tanto o resultado do processo histórico quanto

¹² “La tesis del espacio relativo mantiene que éste debe ser entendido como una relación entre objetos que existe sólo porque los objetos existen y se relacionan entre sí. El espacio se puede considerar como relativo también en otro sentido, y he escogido para ello la expresión de espacio relacional, esto es, el espacio considerado, al modo de Leibniz, como algo contenido en los objetos en el sentido de que se dise que un objeto existe sólo en la medida en que contiene en su interior y representa relaciones con otros objetos” (HARVEY, 1977, p. 5-6).

¹³ “A noção de intencionalidade permite uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação. [...] Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado entre o homem e o mundo, [...] [como] uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. [...] O importante é realçar a inseparabilidade entre ação e objeto, para afirmar, como estamos fazendo, que o tema central da geografia não é separadamente os objetos, nem as ações, mas objetos e ações tomados em conjuntos. A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos [...]” (SANTOS, 2002b, p. 89-94).

¹⁴ Para compreensão de todas estas dimensões do espaço geográfico é imprescindível, a nosso ver, ter em mente que este apresenta uma *inércia dinâmica* (SANTOS, 2002b, p. 140), pois “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. [...] Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. [...] É nesse sentido que falamos da inércia dinâmica do espaço”. Para um entendimento melhor desse debate, ver Oliveira e Araújo Sobrinho (2012, p. 4).

¹⁵ “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2002b, p. 116).

¹⁶ Aqui entendida como forma-conteúdo, pois “a forma e o conteúdo somente existem separadamente como ‘verdades parciais’, abstrações que somente reencontram seu valor quando vistos em conjunto [...]” (SANTOS, 2002b, p. 100).

¹⁷ “A configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem” (SANTOS, 2008b, p. 83).

a base material e social das novas ações humanas”¹⁸. Uma categoria¹⁹ (ou ponto de vista²⁰) que permite, por meio da análise empírica, aproximarmos-nos do espaço geográfico como aqui conceituado, apreendendo, parcialmente, sua concretude em termos de objetos e ações²¹.

“Por sua vez, mesmo sendo indissolúvel, essa união dialética que (con)forma o espaço não se dá de maneira uniforme, permitindo-nos descrever distintas combinações entre território, tempos e sociedade” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 5). Isso nos permite conceber, assim como deduz Steinberger (2006), que coexistem parcelas que (con)formam a totalidade, ou seja, que o espaço geográfico possui frações. Sendo o território elemento constitutivo desse espaço (combinando-se diferentemente com os tempos e a sociedade)²², também possuirá frações, “[...] dado que neste se constituirá as formas que as práticas espaciais materializam, com conteúdos e funções distintos, considerando as combinações dadas” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 5).

O *poder* se encontra entre as práticas espaciais, entendido a partir de Faria (2003), enquanto capacidade, fundada a partir da e para a sociedade por meio de relações dialéticas de conflito, consenso e dominação, que permitem seu efetivo exercício e, assim, sua existência. Por ser uma relação social, atravessa e é atravessado pelas instâncias que (con)formam a sociedade, daí ser possível considerarmos poderes político, econômico, cultural, social e, principalmente, espacial, materializados de maneira mais completa no controle de um território por um Estado.

¹⁸ A nosso ver o enfoque privilegiado da geografia na análise de seu objeto de estudo (o espaço geográfico), pois como nos diz o próprio Santos (2000, p. 104) “a riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico”. Os demais elementos constitutivos do espaço geográfico seriam, enquanto objeto de estudo, campos para ciências como história, geologia, arqueologia, entre outras, no caso dos tempos, e sociologia, antropologia, ciência política, no caso da sociedade.

¹⁹ “[...] Essa *categoria*, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 20 – grifo nosso).

²⁰ “Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial” (SANTOS, 2000, p. 104 – grifo nosso).

²¹ “Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 20).

²² E, analiticamente, o território usado como categoria que nos aproxima do espaço enquanto totalidade.

Como as frações de espaço e território são combinações diferentes, podemos depreender que o poder se fará distintamente em forma, em conteúdo e em função segundo a fração considerada. Aqui entram os conceitos de *espaço urbano* e *cidade*²³.

Sopesando as aproximações teóricas feitas por Steinberger e Amado (2006, p. 167), temos o espaço urbano como aglutinador de poder, “porque comanda as decisões de apropriação e uso do território sobre as demais frações do espaço [...]. Em outras palavras, o espaço urbano é indissociável das demais frações do espaço e exerce um papel chave perante as mesmas”. A cidade, por sua vez, seria a forma que contempla mais adequadamente o conteúdo e a função do espaço urbano, pois torna possível o exercício do poder em sua plenitude, pois “é na cidade que se materializam as relações de poder, ou seja, ela é o ponto de encontro dos [...] [agentes]” (Ibid., p. 168). Não significa, entretanto, que a cidade encerra em seus limites o espaço urbano, pois “a cidade faz parte do espaço urbano, mas não é o espaço urbano. [...] O espaço urbano é algo mais amplo que passa, necessariamente, pelo alcance das relações de poder [...]” (Ibid., p. 168) presentes em outras frações do território, mesmo que menos condensadas.

Nesta perspectiva, o Estado encontra no espaço urbano condensado na cidade situação²⁴ para seu suporte, seja material, como base de sua ação, sustentada pela configuração espacial; seja prospectiva, passada, presente ou futura. A própria fundação desta instituição (con)funde-se com a constituição do espaço urbano e o surgimento das cidades, pois como expressa Moreira (2010, p. 88), “[...] desde a Antiguidade, é a cidade que difunde o poder do Estado, emprestando sua imagem como o símbolo de referência da unidade política do espaço”.

O Estado, por sua vez, como agente social e campo de disputa de outros agentes²⁵, é a principal instituição que, a partir da cidade e do espaço urbano, apresenta práticas espaciais que se traduzem em relações de poder.

Dessa maneira, a ação estatal na ocupação e uso do território marca uma interessante perspectiva de análise da constituição do espaço urbano a partir do

²³ Santos (2008c, p. 66) afirma que, “na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O *urbano* é freqüentemente o *abstrato*, o geral, o externo. A *cidade* é o particular, o *concreto*, o interno. Não há que confundir” (grifo nosso).

²⁴ “Estamos no mundo em situações. A existência é um conjunto de situações. Estamos com as coisas, com os outros homens e numa esfera de significados” (SILVEIRA, 2006, p. 86).

²⁵ “El Estado conforma, entonces, una personalidad doble, asumiendo, por un lado, una cara de agente social, que (inter)actúa con los demás agentes sociales sobre la ciudad, poseyendo cierta autonomía [...]. Por otro lado, asume un carácter de campo de lucha entre los agentes sociales por el control del espacio urbano y de los demás agentes” (OLIVEIRA, 2012, p. 250).

surgimento de cidades (materializações privilegiadas do espaço urbano). Análise que não pode desconsiderar a ação dos demais agentes sociais, uma vez que rivalizam dentro do Estado enquanto campo de luta, bem como o próprio território, sua inércia dinâmica e seus fenômenos.

A GÊNESE DO ESPAÇO URBANO NO EXTREMO OESTE BAIANO: BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DESDE O SERTÃO PERNAMBUCANO E DA COMARCA DO RIO DE SÃO FRANCISCO

Ao contrário do que contemporaneamente vislumbramos de fronteiras entre as Unidades Federadas brasileiras no mapa político, a origem primeira do que hoje se denomina Extremo Oeste Baiano (mesorregião traçada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Estado da Bahia), juntamente com a porção do território que se estende até a margem esquerda do rio São Francisco²⁶, está vinculada à lógica da ocupação do território concebida a partir de Olinda e Recife até quase o fim do primeiro quartel do século XIX.

Em 1501 a foz do rio São Francisco é descoberta por expedição comandada por André Gonçalves e Américo Vespúcio (BRANDÃO, 2009, p. 49). Mas somente mais de três décadas depois surge o efetivo interesse em possuir as terras que cabiam a Portugal no Tratado de Tordesilhas, concedendo, o rei Dom João III, Capitania a Duarte Coelho em 1534. Com 60 léguas de terras no litoral, a Capitania, nomeada por seu donatário de *Nova Lusitânia*, mas com nome sedimentado popularmente como *Pernambuco*²⁷, tinha como limites norte o denominado rio de Santa Cruz e sul o rio São Francisco, possuindo deste último toda sua extensão²⁸. “Assim o território da Capitania de Pernambuco infletia para o Sudoeste, a acompanhar o curso do rio, alcançando suas nascentes no hoje Estado das Minas Gerais” (OS, 2003, p. 1).

²⁶ Dos limites com Minas Gerais ao sul, passando pelos de Goiás e Tocantins a oeste, até aqueles com Piauí e Pernambuco ao norte.

²⁷ Que, entre outras tantas interpretações similares indicadas por Caetano (1881, p. 219), aponta que “a final *paranambúka* será ‘rebentação do rio grande’ designando-se pelo nome ‘rio grande’ – *paraná* o semi-mar formado pelos rios Capibaribe e Bybyrybe”.

²⁸ “Sessenta léguas de terra [...] as quais começarão no Rio São Francisco [...] e acabarão no rio que cerca em redondo toda Ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho nome Rio Santa Cruz [...] e assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito Rio de São Francisco [...]” (OS, 2003, p. 1).

O processo de ocupação do litoral se inicia com a extração do pau brasil e a implantação da cultura açucareira, em substituição à mata que se estendia pela costa desde o sul da então colônia portuguesa, redundando na fundação de Olinda em 1537. Como nos diz Moreira (2012, p. 12),

[...] é com o ciclo da cana-de-açúcar que começa efetivamente o processo da ocupação e formação espacial da colônia. Sua área de inicial de localização é São Vicente, no litoral de São Paulo, [...] mas a área privilegiada de desenvolvimento é a zona da mata nordestina, onde se instala em 1532 [...].

São estas mesmas áreas as responsáveis, conforme afirma Moreira (ibid.), pelos dois *vetores territoriais* da formação espacial brasileira: o bandeirantismo, oriundo de São Paulo; e a expansão do gado, originário do sul, introduzidos pelas missões jesuíticas, e (principalmente no início da ocupação do território) dos sertões de Dentro e de Fora, “designações dadas às terras sertanejas da Bahia e de Pernambuco e Piauí, respectivamente” (BRANDÃO, 2009, p. 51).

As trilhas do gado seguem em sentido contrário ao do vetor bandeirante. Seu ponto de origem é a região açucareira da zona da mata, com ponto de referência em Pernambuco, de onde, na forma de ondas, o gado avança aos limites ocidentais do sertão nordestino rumo ao Piauí e Ceará, na direção oeste, e aos limites do planalto central, através da calha do rio São Francisco, na direção sul. [...] Tal como no caminho dos bandeirantes, uma diversidade de pontos de parada vai dando origem a manchas de cultivos e de vilas de onde irão brotando os centros de referência da ocupação do território (MOREIRA, 2012, p. 11).

Dessa maneira, assim como Monbeig (1984, p. 133) aponta os mineiros como pioneiros do café no oeste paulista e norte paranaense, desbravando a floresta e repelindo o índio, podemos considerar o sertanejo²⁹, criador de gado, como pioneiro deste vasto e, muitas vezes, hostil espaço. Isto considerando que, além do índio que, a duras penas,

²⁹ Sobre a questão da origem da ocupação deste território, Lima Sobrinho (1986, p. 307) enfatiza que “é claro que se não podia apurar a procedência dos habitantes da região, pois que havia que contar com os índios cariris, com os mulatos, com os portugueses, com os escravos, que tanto podiam ser africanos como do gentio, talvez mais do gentio que da África. [...] Como distinguir, nesse cadinho, entre baianos e pernambucanos, quando tanto havia um baiano como Francisco Dias de Ávila, como pernambucanos como os Vanderlei e os Vieira de Melo, ou os portugueses como Domingos Afonso Mafrense e seu irmão ou os que estão mencionados na *Relation* do capuchinho francês [Martin de Nantes]?”. Daí denominarmos estes pioneiros genericamente de sertanejos.

resistia ao extermínio, à escravização e à catequização, também as condições adversas de clima e, sobretudo, de distribuição hídrica, características da caatinga, restringiam um avanço contínuo de qualquer parte do litoral. Tais aspectos ambientais são descritos por Lima Sobrinho (1986, p. 305-306) ao relatar a viagem do padre capuchinho francês Martin de Nantes da ilha de Aracapé, no atual Município de Orocó, em Pernambuco, até Salvador, então sede do Governo-Geral da colônia, para relatar e solicitar providências das autoridades contra milícias da Casa da Torre, da família de Dias D'Ávila, que recebera sesmarias na margem baiana do São Francisco, que conflitavam com índios da aldeia que assumira a responsabilidade de conduzir.

O São Francisco, então, apresenta-se como facilitador na interiorização, tanto que podemos verificar uma sequência de estabelecimento de vilas de Olinda até próximo à foz do rio. São estabelecidas as vilas: de Formosa, em 1627; e de Bom Sucesso, de Madalena e de Penedo, em 1636³⁰ (IBGE, 2012). Tal feito, mesmo sopesando o controle holandês sobre a faixa litorânea de Pernambuco entre 1635 a 1645, possibilitou que “já no fim do século XVII os capuchinhos franceses, em colaboração com o governo de Pernambuco, [...] [alcancem] o médio S. Francisco, na proximidade da cachoeira de Sobradinho” (LIMA SOBRINHO, 1986, p. 309). Atuação eclesiástica que, na verdade, transvestia seu caráter estatal de ocupação do território, devido ao *padroado* que impunha o controle da Coroa sobre a Igreja, a que esta última tomava proveito³¹.

Até aqui podemos notar uma forte influência do espaço urbano de Olinda e, posteriormente, Recife, na ocupação territorial deste limiar de sua hinterlândia que se caracterizava, necessariamente, como zona produtora de gêneros alimentícios para a zona açucareira, destacando-se a pecuária extensiva em quantidade considerável, como nos descreve Antonil (1982, p. 95-96), referindo-se à extensão de terras de pasto no Brasil no princípio do século XVIII.

³⁰ Respectivamente são os atuais Municípios de Sirinhaém, em Pernambuco, e de Porto Calvo, de Marechal Deodoro e de Penedo, em Alagoas (IBGE, 2012).

³¹ “A transposição do sistema do *padroado* de Portugal para o Brasil coloca a Igreja sobre o estreito controle da Coroa. A Igreja católica portuguesa não tem direito de se meter no que diz respeito ao que se faz no ultramar. O rei e os seus representantes no Brasil têm a responsabilidade de estruturar a vida religiosa imensidões ainda quase vazias. A administração colonial cobra a dízima. Desenha as dioceses e as paróquias [...]. Esta tutela tem consequências consideráveis: faz da hierarquia católica um dos mecanismos da administração colonial; esta tira daí uma legitimidade reforçada, enquanto a Igreja pode contar com o apoio do poder político” (CLAVAL, 2010, p. 59).

[...] Posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, [mais de 500 até a borda aquém São Francisco,] chegam a maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco [...]. Os currais desta parte hão de passar de oitocentos [...]. Só do rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco [...].

A descoberta de ouro neste período irá proporcionar maior fervor na ocupação do território, além da necessidade da constituição de uma situação mais propensa à ação estatal na região. Tal fato é demonstrado, por exemplo, por ordem dada em 1701, proibindo o comércio entre o sertão pernambucano e a região das minas recém-descobertas, que, com certeza, já se fazia comumente³². Esta proibição nos leva a inferir que a região já contava com contingente populacional considerável. A *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906, p.) de 1749, registra a existência de duas igrejas e dez capelas distribuídas nas freguesias de Barra do Rio Grande (que englobava toda porção do que viria a ser a Comarca do São Francisco), mais ao norte do médio São Francisco e Santo Antônio de Manga, próximo ao rio Carinhanha, que já se constituíra como limite entre as Capitanias de Pernambuco e de Minas Gerais³³. Neste interstício se registra a sugestão de se estabelecer uma vila em São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, pela grande população que tem, fato consumado pela criação, em 1752, da dita vila. Já a *Idéia da População da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 102) de 1774 dá conta de 4.873 habitantes na Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, a que se soma a população da Freguesia de Campo Largo, estando vinculado “o governo das almas, ao Bispado de Pernambuco, e o da Justiça do Ouvidor da Jacobina, districto da Bahia para onde vão os dízimos [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 61).

³² “Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro amigo: Eu El Rey vos envio muito saudar. Por convir a meu serviço, fui servido resolver que essa Capitania se não comunique pelos certões com as Minas de Sam Paulo, nem das ditas minas se possam ir buscar Gados, ou outros mantimentos a essa sobredita Capitania de Pernambuco, nem tambem d’ella trazerem-se as minas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906, p. 200).

³³ “Estende-se o Governo de Pernambuco pela costa desde a barra do Rio de São Francisco [...] até o Rio Mondaú, extrema do Governo da Capitania do Cyará [...]; pelo certão se termina este Governo, no rio Carunhanha, que faz barra no Rio de São Francisco [...], confrontando com os Rios dos Tocantins, que desemboca no Maranhão” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906, 119-120).

Esta dualidade de comando da região, aliada à população que se avolumava, transmutar-se-á numa sensação de falta de justiça e de assistência em termos de infraestrutura, registrada por Montenegro (apud Martins, 2010, p. 5-6), indicando este que “entre as providências a serem tomadas, estava a necessidade da criação de uma nova comarca ‘para assegurar a observância das leis e a exata administração da justiça’”. Ação tomada em 1810 com a criação da Comarca do Sertão de Pernambuco.

A capitania de Pernambuco ficava então dividida em duas comarcas: a de Pernambuco cujo território iniciava no oceano Atlântico até os limites das vilas de Cimbres e Flores, e a do Sertão de Pernambuco daí em diante até o Carinhanha. [...] As elites políticas e os habitantes das vilas, julgados e povoações haviam experimentado melhorias infra-estruturais com a criação da comarca do Sertão de Pernambuco. Entretanto, o grave problema da segurança individual ainda perturbava a todos (Ibid.).

Assim, dez anos após à primeira divisão, é criada a Comarca do Rio de São Francisco, desde a vila da Barra, até o povoado de Carinhanha, na divisa com Minas Gerais.

Semelhante a criação da comarca do Sertão de Pernambuco, a criação da nova comarca resultou num quadro de melhoria da infra-estrutura das localidades abrangidas por ela. [...] Contudo, às vésperas da Independência e da convocação da Assembléia Constituinte de 1823 ainda eram muitos os problemas e as dificuldades vividas pelos moradores da comarca do Rio de São Francisco (MARTINS, 2010, p. 7-8).

Tais dificuldades fomentaram o pedido de criação de uma nova Província a partir da Comarca do Rio de São Francisco³⁴, mas que, ao contrário dos êxitos conseguidos anteriormente, foi sumariamente indeferido pela Assembleia Constituinte.

A partir de então, com a dissolução da Assembleia Constituinte, a imposição da Constituição Imperial e seus desdobramentos sobre as relações políticas entre o governo central e as elites locais, que culminaram com a proclamação da Confederação do Equador em 1824, a então Comarca do Rio de São Francisco é anexada primeiramente à

³⁴ Através de procuração os “povos do sertão das Gerais e Rio de São Francisco”, solicitaram a criação de uma nova província desmembrada das províncias da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e tendo por capital o arraial de Carinhanha (MARTINS, 2010, p. 8)

Província de Minas Gerais, permanecendo desta maneira até 1827, quando passa a ser território da Província da Bahia, situação que se sedimenta até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse processo de modificação da situação regional, com sua clara vinculação inicial ao espaço urbano de Olinda e Recife, perpassando pelas influências da zona mineradora, até a derradeira ligação à lógica estabelecida a partir de Salvador e do Recôncavo Baiano, é pressuposto para análise do atual estágio de desenvolvimento do Extremo Oeste Baiano, mesmo que a dinâmica assistida nos últimos três decênios tenha o vinculado à produção da soja, como nos descreve Santos Filho (1989).

A constituição do espaço urbano dessa região sofreu, como se tentou esboçar nas páginas desse trabalho, e sofre a influência da formação espacial brasileira em seus distintos períodos.

Acreditamos que estas considerações podem auxiliar no debate acerca da criação de Municípios não só no Extremo Oeste Baiano, mas também trazer elementos para a questão a nível nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec / Fapesp; Recife: UFPE, 2006. (Estudos Históricos, 65).

BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1918.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia: UFG, v. 29, n. 1, p. 47-56, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/6059>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CLAVAL, Paul. *A construção do Brasil: uma grande potência em emergência*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010. (Economia e Política, 110).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

FARIA, José Henrique. Poder e relações de poder nas organizações. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; e CARVALHO, Cristina Amélia. *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 67-122.

HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1977.

MARTINS, Herbert Toledo. A retaliação de Pernambuco: o caso da Comarca do Rio de São Francisco. *Revista CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife: UFPE, n. 28, v. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/74/103>>. Acesso em: 1º nov. 2012.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec / Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia, Interdisciplinaridade e Metodologia*. [São Paulo]: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6oPLnXRkMRkOTAzMWRmMGMtM2UwOC00ZTBiLTkyYWQtYTktNDQ5YzUzYzEy/edit?pli=1>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

MOREIRA, Ruy. *Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. La Política Urbana entre (Rel/Inter)Acciones en el (del) Espacio Urbano: estudio de caso del barrio Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, Brasil. *Meridiano – Revista de Geografía*, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 1, p. 247-264, 2012. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n1/12>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; e ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Aportes para a análise espacial do atual pacto federativo brasileiro: estabelecendo relações entre espaço urbano, cidade e exercício do poder. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. *Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos*. Belo Horizonte: AGB / UFMG, 2012. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2012xviieng>>. Acesso em: 1º nov. 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; e CARNEIRO, Ana Paula Gomes. El Municipio en Brasil: un análisis espacial de la autonomía municipal y de la creación de Municipios a partir de las constituciones brasileñas. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidade de Barcelona, v. XVI, n. 418 (53), nov. 2012.

Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-53.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OS tempos de Duarte Coelho. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 jul. 2003. Os Holandeses em Pernambuco - Uma história de 24 anos. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/07/07/especialholandesesf15_0.html>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul.-dez. 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: USP, 2002a.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP, 2002b.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002c.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: USP, 2005a.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: USP, 2005b.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: USP, 2007.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: USP, 2008a.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: USP, 2008b.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: USP, 2008c.

SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 5. ed. São Paulo: USP, 2009.

SANTOS FILHO, Milton (coord.). *O processo de urbanização no Oeste Baiano*. Recife: SUDENE-DPG / PSU-URB, 1989.

SANTOS, Milton; e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Armando Corrêa da. A geografia humana e a abordagem naturalista. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica. *O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 42-45.

SILVEIRA, María Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 29-82.

STEINBERGER, Marília; e AMADO, Theodelina Moreira. O espaço urbano no Zoneamento Ecológico-Econômico: esboço metodológico. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 151-185.

SUZUKI, Julio Cesar; e COSTA, Everaldo Batista da. Aglomerações urbanas brasileiras dos séculos XIX e XX: significados na produção do território. *Meridiano – Revista de Geografia*, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 1, p. 228-246, 2012. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n1/11/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.